

HISTÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARANAENSE PARA O ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL (1995-2002)

Roberto Antonio Deitos¹

Introdução

Trato, neste artigo, especialmente da história da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional, ancorada no PROEM - Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, implementada nos Governos de Jaime Lerner (1995-2002). Minha preocupação em estudar sistematicamente a história recente da educação paranaense resultou na elaboração da dissertação de mestrado² ao abordar a questão num recorte histórico que compreendia o período de 1995 a 1999, período este que ocorreu no primeiro mandato do governo Jaime Lerner. Ao prosseguir nos estudos³, sobre a referida temática, foi possível analisar o período que compreendia de 1995 a 2002, referente aos dois mandatos do governo

¹ Doutor em Educação; área: história, filosofia e educação, pela FE/UNICAMP. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Universitário de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes - CECA, Colegiado do Curso de Pedagogia.

² Dissertação de Mestrado, sob a orientação da Professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, defendida em março/2000 na FE/Unicamp, intitulada *O PROEM e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-1999)*, publicada sob o título **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD – os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**, Cascavel, PR: Edunioeste, 2000.

³ Através de estudos realizados, no período de 2000-2003, resultou o relatório final da Pesquisa intitulada: *Políticas e programas nas áreas de educação e saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID - Banco interamericano de Desenvolvimento e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e sua contribuição na difusão de propostas liberalizantes em nível nacional*. Projeto de pesquisa integrado envolvendo pesquisadores do GPPS - Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e da UEL - Universidade Estadual de Londrina, e financiado pelo CNPq/Fundação Araucária/PR. Nesta pesquisa tratou-se, dentre outras questões, da política educacional para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná, e culminou, dentre outros, no artigo de NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago e DEITOS, Roberto Antonio. *A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: o PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) et al. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 123-174; e em artigo, dentre outros, de DEITOS, Roberto Antonio. *A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e Banco Mundial*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) et al. **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (p. 101-118). 238 p.

Jaime Lerner e, assim, completar o exame das implicações geradas pelo processo de implementação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional. Posteriormente, no desenvolvimento de tese de doutorado⁴, ao continuar pesquisando a política educacional nacional para o ensino médio e profissional, com destaque para os programas educacionais para o ensino médio e profissional desenvolvidos nos governos de FHC - Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), realizei a análise dos fundamentos norteadores das diretrizes da política educacional, e dos desdobramentos gerados pelo processo de financiamento externo aos programas educacionais realizado junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e suas afinadas articulações com as orientações do Banco Mundial à política educacional. Atualmente, em estudo em desenvolvimento⁵, estou analisando a política educacional para o ensino médio e profissional no Paraná e no Brasil, abordando o período histórico que compreende de 1980 a 2006.

Além disso, sobre a temática estudada, no período de 1995-2002, particularmente o ensino médio e profissional no Paraná, muitos outros estudos foram e estão sendo realizados por pesquisadores paranaenses e brasileiros, verificando direta ou indiretamente a problemática que aqui pretendo novamente discutir.

Dessa forma, tratar da história recente da política educacional é sempre um ato polêmico, porque polêmica é a própria história que se produz de relações em um determinado espaço social. Relações sociais essas movidas por contradições econômicas, políticas e ideológicas. Nestes termos, portanto, Xavier alertava para as questões polêmicas geradas com a produção de pesquisa sobre o presente, e que me ajudou a compreender tal processo; pois,

Toda a análise histórica que se debruça sobre um período recente gera controvérsias, tanto no âmbito teórico, como no plano político. Há quem, numa ótica característica do senso comum, que sobrevive no meio acadêmico; (...), não conceba um estudo histórico, cujo recorte temático incida sobre o presente. E há os que, em nome de

⁴ Tese de Doutorado, sob a orientação da Professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, defendida em fevereiro/2005 na FE - Faculdade de Educação/UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, intitulada: **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Educação, área: História, filosofia e educação, vinculada ao Departamento de Filosofia e História da Educação e ao HISTEDBR - Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil.

⁵ Estudo que estou desenvolvendo através do Projeto Individual de Pesquisa intitulado: “*Estado e a política educacional para o ensino médio e profissional no Paraná e no Brasil (1980-2006)*” na UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes - CECA, Colegiado do Curso de Pedagogia, Campus de Cascavel.

uma opção teórico-metodológica, certamente equivocada, seja qual for o paradigma que tenha como referência, desconfiam da possibilidade de rigor na abordagem de um objeto que envolva diretamente o investigador. Em ambos os casos, nega-se à História a sua particular fertilidade no trato das grandes questões de nosso tempo, reduzindo as nossas possibilidades de ação consciente e conseqüente na história (XAVIER, 2000, p. 7).

Desse modo, estudar a história recente é tarefa vigorosa dos que acreditam nas possibilidades humanas de ação na história e, como investigador, ao buscar elucidá-la, questioná-la e criticá-la, realizar uma função histórica imprescindível à própria história. Portanto, é sempre uma nova empreitada retomar, reexaminar ou continuar estudando a história recente da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional, especialmente o período a que vou me deter, ou seja, o período compreendido pelos governos Jaime Lerner, 1995-2002, agora já como *post-factum*.

1. Considerações sobre os Motivos Financeiros e Institucionais e as Razões Econômicas e Ideológicas que Envolveram a Política Educacional Paranaense Realizada com o Processo de Implementação do PROEM

Os motivos financeiros e institucionais e as razões econômicas e ideológicas sobre a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional nos governos Jaime Lerner (1995-2002) serão aqui retomá-las na análise que pretendo desenvolver a seguir.

Em estudo que desenvolvi através da elaboração da dissertação de mestrado, empreendi a análise da política educacional paranaense ancorada na implementação do PROEM - Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná e as implicações decorrentes do processo de financiamento externo que envolvia o BID. Portanto, o Programa contou com financiamento interno, ou seja, da parte considerada como a contrapartida local, correspondente aos recursos do Estado do Paraná, na ordem de 122 milhões de dólares, e 100 milhões de dólares provenientes do financiamento externo junto ao BID, totalizando 222 milhões de dólares, tendo suas ações previstas e o desembolso dos recursos somente concluídos

em 2004, já no governo de Roberto Requião⁶ (2003-2006), em razão de problemas que ocorreram com o desenvolvimento do Programa, e que culminou com alterações contratuais firmadas com o BID, ainda no governo Jaime Lerner.

Os governos Jaime Lerner avançaram, no período compreendido de 1995 a 2002, significativamente, na implementação da política educacional para o ensino médio e profissional, e, também, nas outras áreas educacionais, envolvendo o ensino fundamental e o ensino superior. Tal avanço esteve fertilizado ideológica e economicamente pelas proposições e orientações neoliberais e sustentaram toda a direção política e econômica que os governos Jaime Lerner implementaram no Estado do Paraná (Cf. NOGUEIRA et al, 2001; DEITOS, 2003; REIS, 2001; SAPELLI, 2003; FIGUEIREDO, 2005; LIMA, VIRIATO, ZANARDINI, 2003; SILVA, 1999; SILVA, AOYAMA e SILVA, 2003; CZERNISZ, LENARDÃO, FERREIRA e FRANCISCO, 2003; NOGUEIRA, FIGUEIREDO e BORGES, 2003; NAGEL, 2001). Essas proposições e orientações não estavam isoladas regionalmente como ações meramente locais. Estavam, regional e nacionalmente, articuladas num movimento de recíproca contribuição política, econômica e ideológica. Tanto assim que, no mesmo período dos governos Jaime Lerner, os governos de FHC, 1995-2002, deram exemplares demonstrações da fértil articulação na implementação da política educacional nacional para o ensino médio e profissional com as políticas estaduais implementadas. Essa articulação possibilitou a direção norteadora das diretrizes à política educacional nacional, ao efetivarem ações estatais e institucionais capazes de produzirem a sustentabilidade política e ideológica necessária à concretização dos pressupostos neoliberais nas reformas realizadas no país, e possibilitarem a sustentação econômica e política ao entrelaçamento dos interesses internos com os interesses hegemônicos externos.

É nesse terreno que germinou a história da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional. Assim, retomo o problema central proposto originalmente na minha dissertação de mestrado, por entender que a questão que se perseguia com aquela investigação era pertinente, quando examinava:

⁶ Quando o governo estadual, em 1992, no primeiro governo Roberto Requião, discutia a formulação do PQE - Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná já se discutia a proposição da reforma para o ensino médio e profissional que culminou com o PROEM, Cf. DEITOS, 2000, 2003; NOGUEIRA et al, 2001; FIGUEIREDO, 2005; SILVA, 1999; SAPELLI, 2003.

...como as propostas educacionais expressas no PROEM, considerando a sua relação com as orientações do BID e BIRD e as condicionalidades requeridas para o financiamento externo mediante contrapartida, respondem a motivos financeiros e desempenham importantes funções ideológicas (...).

O percurso deste trabalho traduz-se, fundamentalmente, no exame do Programa em suas características peculiares e substanciais, para compreendê-lo no processo mais amplo e geral das relações econômicas e políticas hegemônicas, nacionais e internacionais. (DEITOS, 2000, p. 27-28)

E, ao continuar analisando a política educacional e, particularmente, a política educacional para o ensino médio e profissional dirigida através do PROEM, confirmou-se a análise que eu vinha perseguindo, quando constatou-se que esta política educacional traduzia-se

...como parte da lógica de políticas estruturais e setoriais em âmbito internacional, ficando domesticamente conhecidas como reformas do Estado brasileiro, que têm o BIRD/BID como organismos internacionais multilaterais financeiros que coordenam, orientam e resguardam o processo de reestruturação e acumulação de capital em nível internacional. Desse modo, examinamos como tais projetos/programas estariam promovendo as reformas estruturais e setoriais mediante a implementação de programas de ações que se articulavam e constituíam o movimento de reestruturação do Estado brasileiro preconizado pelo Banco Mundial e BID. (Cf. NOGUEIRA et ali, 2001) Conseqüentemente, avançamos para o resultado final da pesquisa e, ao perseguirmos essas indagações, pudemos compreender, com a investigação realizada, que nossas preocupações se confirmaram e, ao mesmo tempo, nos levaram a perceber e demonstrar um conjunto de motivos financeiros e institucionais e de razões econômicas e ideológicas que emergiram no contexto e no processo em que ocorreu a implementação do PROEM (DEITOS, 2003, p. 102).

Assim compreendido o processo que envolvia a política educacional paranaense concluía-se que

É nessa composição real e dinâmica interna que as reformas empreendidas para o ensino médio e profissional no Paraná foram realizadas. Isso significa que a incorporação dessa dinâmica se realizou na educação na medida e nas condições materializadas pelas peculiaridades e particularidades oriundas das características que engendra o processo produtivo brasileiro. Conseqüentemente, em suas especificidades, o processo produtivo regional paranaense se move e se reproduz nele. ... (DEITOS, 2003, p. 117)

Essa constatação confirmava as considerações que eu havia discutido num primeiro estudo, quando dizia:

As proposições das políticas educacionais, veiculadas num discurso ideológico de que a economia competitiva, as exigências do mercado de trabalho e a necessidade de maior escolaridade para a competitividade em nível internacional estão associadas com a mudança da “matriz econômica” do Estado, através da criação dos chamados Pólos de Desenvolvimento Econômico, geográfica e politicamente “inaugurados” em regiões consideradas estratégicas para construir a mudança do “perfil” econômico, tornam novamente a educação o elemento mais adequado para intensificar esse movimento de reestruturação, e isso justifica a redefinição do ensino médio e profissional.

Por mais alterações que tenham ocorrido na configuração da economia paranaense, a atual configuração apenas reforça a nossa avaliação; altera-se a matriz econômica do Paraná, em relação ao predomínio de setores econômicos não industriais, mas não em relação às formas de articulação e constituição das forças econômicas que se reforçam com o processo de reestruturação produtiva, valendo-se de vantagens relativas locais, nesse momento histórico, para recompor e fortalecer seu processo de acumulação de capital. (DEITOS, 2000, p. 216-217)

As proposições econômicas, políticas e ideológicas que sustentaram a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional, no período dos governos Jaime Lerner (1995-2002), estavam ancoradas em dois elementos fundamentais às diretrizes educacionais implementadas: a questão da ineficiência do sistema educacional e a questão da inadequação dos requisitos educacionais para atender as demandas do desenvolvimento econômico requerido pela globalização. Eram esses os dois elementos norteadores da justificativa econômica e teórico-ideológica alimentadora da reforma educacional neoliberal implementada no Estado do Paraná.

A compreensão da ineficiência do sistema educacional fertilizou toda a direção da política educacional paranaense e brasileira. Tomada de um diagnóstico que entendia a crise estatal, educacional, política e econômica como o resultado da ineficiência gerencial, tal pressuposto traduzia-se na apreensão da política educacional como uma componente também geradora da ineficiência. Advinda dessa compreensão a política educacional era compreendida como inoperante diante das novas exigências econômicas e sociais impostas pela modernização social e econômica postulada e, a sua formulação, festejada pelos promotores das reformas sociais e econômicas como a única alternativa viável ao país. Dentre os mais promissores simpatizantes ou promotores desse diagnóstico, particularmente daqueles que defendem proposições políticas e ideológicas sobre o tratamento dado à política educacional que analisei, destacava-se um conjunto de intelectuais, organismos financeiros multilaterais e governamentais.

Castro (1971, 1972, 1997) que postulava em suas análises de um diagnóstico que apresentava a ineficiência da política educacional, adotada desde a década de 1960, como insuficiente para atender aos requerimentos do processo de desenvolvimento econômico que acabou escoltado pelo regime militar de 1964, criticava a política educacional precedente e incentivava a reforma educacional de 1º. e 2º. graus que acabou sendo empreendida na década de 1970. Já, na década de 1990, fazia críticas às reformas dos anos 1970 e à sua inadequação diante do que considerava as novas exigências modernizantes. Estava, portanto, postulando ou afinado com as ações desenvolvidas em âmbito nacional pela política governamental e avalizada pelos organismos financeiros multilaterais, tais como o BID, Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e FMI - Fundo Monetário Internacional, estes últimos, fortes executivos internacionais dos interesses econômicos, financeiros e político-ideológicos hegemônicos mundiais, e destacados representantes do corpo (o capital) que protege os países cêntricos do capitalismo. Castro, um intelectual liberal e, conseqüentemente, coerente defensor de proposições que sustentaram a tese da ineficiência do sistema educacional, forneceu grandes contribuições teóricas e ideológicas que acabaram fertilizando a formulação e a implementação da política educacional nacional na década de 1990, e particularmente a política educacional nacional para o ensino médio e profissional que foi disseminada em todos os estados brasileiros. Tais proposições apresentavam a ineficiência e a inadequação da política educacional como uma componente da ineficiência gerencial produzida pela crise estatal, causadora da crise social, econômica e financeira dos países.

Convergingo na mesma direção da tese da ineficiência e da inadequação educacional proposta por Castro (1997); Melo (1999) realizou, com a mesma competência intelectual liberal, contribuições teórico-ideológicas que foram traduzidas nas formulações estabelecidas com as diretrizes e programas educacionais nacionais que ganharam viabilidade programática na década de 1990, especialmente a partir de 1995 com o início do governo FHC.

Desse modo, os postulados teórico-ideológicos apresentados pelos promotores ou alimentadores da política educacional consideravam a ineficiência e a inadequação da política educacional como importante empecilho para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Tal esquema teórico-ideológico liberal consumava a tese da crise estatal e educacional, e, conseqüentemente,

escamoteava a crise social e econômica como as determinantes da crise estatal e educacional. Aqui estava e está o cerne da tese liberal quando trata da crise econômica, social e educacional.

O Banco Mundial (1992, 1997, 1998), agência financeira multilateral cumpriu desde sua origem (meados da crise mundial da década 1940) função articuladora dos interesses da reprodução e acumulação de capital. Associada a esta função primordial, estabelecia um conjunto de regras e exigências entendidas como condicionalidades financeiras e institucionais, e econômicas e ideológicas que se articulava e se articula ainda hoje, expresso nas reformas estruturais e setoriais a que os países estariam sujeitos, acobertadas através dos contratos de empréstimos. Dessa forma, portanto, os empréstimos realizados à educação seguiam a mesma sistemática e procedimentos financeiros e ideológicos exigidos ao conjunto das políticas implementadas no Brasil, e conseqüentemente em todas as reformas estaduais (Cf. NOGUEIRA, 1999; FONSECA, 1995; SILVA, 2002; LEHER, 1998; SOARES, 2000; DEITOS, 2000, 2003, 2005).

As proposições econômicas e teórico-ideológicas do Banco Mundial/BIRD e do BID (1993, 1996, 1998, 1999), convergem no tratamento dos problemas econômicos, políticos, sociais e educacionais ao defenderem a mesma tese da ineficiência gerencial estatal e educacional como as causadoras desses problemas. O mesmo acontece nas orientações à reforma educacional e estatal que julgam necessárias à modernização econômica e social dos países. Entendida aqui a educação também como um empecilho para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

As proposições econômicas e teórico-ideológicas (Cf. BRASIL, PRESIDÊNCIA, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2003) que, ao tornaram-se hegemônicas a partir da “transição permitida” do regime militar no final da década de 1980, sustentaram e sustentam a tese da crise estatal e educacional, ganharam maior fecundidade sistêmica a partir de 1990, com o início do governo Collor; e no governo Itamar em 1993, com a consumação do Plano Real, liderado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso materializava e internalizava proposições ancoradas nessa direção e intimamente relacionadas com o receituário proposto pelo Consenso de Washington, gerenciado em 1989 (Cf. WILLIAMSON, 1992; FIORI, 1998).

A composição nacional hegemônica ganhava força e expressão a partir de 1995, no governo de FHC, quando a compreensão da tese da crise estatal e educacional é

fartamente sustentada e dirigida com eficiência gerencial de que estavam imbuídos os intelectuais que lideravam a social-democracia na direção da política neoliberal brasileira. O círculo de compreensão das proposições econômicas e teórico-ideológicas se completava. Havia uma afinada e refinada articulação interna e externa que se expressava na materialização das alianças e na composição das forças políticas e econômicas que detinham a liderança da hegemonia nacional. A reforma estatal e econômica promovida no período de 1993 a 2002 alterou a estrutura estatal para dar-lhe melhor aparência e possibilitar maior mobilidade ao mercado e ao fluxo do capital financeiro.

As diretrizes e os programas educacionais nacionais e estaduais implementados sustentavam a mesma perspectiva e davam vazão ao ideário liberal da reforma educacional como geradora da promoção do desenvolvimento e da superação do atraso social tão prolapado. (Cf. MELLO, 1990, 1991)

Possuídos pelas mesmas proposições econômicas e teórico-ideológicas vinculadas aos interesses hegemônicos nacionais e internacionais, os governos estaduais compunham as articulações e dirigiam as tensões que sustentavam o jogo de forças políticas e econômicas que materializavam as reformas em suas unidades federadas num movimento de recíproca contribuição econômica, política e ideológica.

No campo da política educacional, particularmente a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional, foi tomada da mesma sistemática financeira e ideológica exigidas aos outros setores sociais e econômicos estaduais ou nacionais. Portanto, os pressupostos da ineficiência do sistema educacional e da inadequação educacional aos requerimentos do desenvolvimento econômico foram os sustentáculos econômicos e teórico-ideológicos que justificaram a implementação da política educacional paranaense, ancorada através do PROEM.

As ações realizadas na direção da justificativa da ineficiência do sistema educacional (Cf. PARANÁ, SEED, 1995, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001), foram promovidas por um conjunto de instrumentos administrativos, institucionais, financeiros e educacionais através do PROEM. Para dar conta das ações o Programa estabelecia três Subprogramas: o Subprograma Melhoria da Qualidade do Ensino Médio, composto de um conjunto de componentes: Insumos para Otimização, Insumos para Melhoria da Qualidade Educacional, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Melhoria da Qualidade para a Formação de Professores. Já no

Subprograma Modernização da Educação Profissional, com a componente Regionalização da Oferta de Educação Profissional, para criar infra-estrutura dos Complexos de Educação Técnico-Profissional. Com relação ao Subprograma Fortalecimento da Gestão do Sistema, era previsto um conjunto de atividades, que iriam desde o planejamento estratégico até a administração do Programa. Para o conjunto das ações do Programa foram envolvidos recursos na ordem de 222 milhões de dólares, 100 milhões de dólares de empréstimo com o BID e 122 milhões de dólares da contrapartida local (tesouro estadual). Os procedimentos e as condicionalidades financeiras exigidas conjugavam desde juros, taxas, comissões e o pagamento do principal, sempre em condições iguais às estabelecidas pelo mercado financeiro internacional. A especulação e o parasitismo financeiro que se estabelecia com tal procedimento, virtuosamente sustentado em contrato de empréstimo, emprestava grande fertilidade ao processo de endividamento nacional e promovia a exportação líquida de capitais. Portanto, o empréstimo à educação, e particularmente ao PROEM, como um Programa estadual, não está isolado do conjunto de empréstimos estruturais e setoriais realizados nacionalmente, mas imbricados neles e sofrendo das mesmas condicionalidades financeiras e ideológicas impostas. Ao verificar as ações desenvolvidas e os encargos financeiros decorrentes desse processo foi possível confirmar a especulação financeira realizada através do empréstimo ao Programa, a sangria de recursos do Tesouro Estadual e a inviabilidade política e educacional do Programa implementado para os interesses sociais da maioria da população paranaense (Cf. DEITOS, 2000, 2003; NOGUEIRA et ali, 2001; SILVA, 1999; SAPELLI, 2003).

Além das implicações geradas com o processo de financiamento externo oneroso e promotor da acumulação de capital, os empréstimos à educação articulam, no âmbito das reformas, um conjunto de condicionalidades institucionais, educacionais e ideológicas que consagraram as reformas estruturais e setoriais implementadas no país e em suas unidades federadas. Como desdobramento regional desse processo nacionalmente articulado, a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional implementou, no período de 1995-2002, um conjunto de ações que produziram alterações significativas na estrutura institucional e educacional paranaense.

De acordo com estudos realizados por Deitos (2000, 2003), Nogueira et ali (2001) e Sapelli (2003), as alterações institucionais promovidas na estrutura estatal e

administrativa implementadas pela política educacional paranaense nos governos Jaime Lerner (1995-2002) estavam articuladas ao conjunto de ações institucionais e administrativas geradas com as proposições encampadas pela Reforma do Estado brasileiro consagrada pelos governos FHC, 1995-2002. Na política educacional paranaense o processo que envolveu e materializou alterações nas estruturas institucionais e administrativas produziu as agências reguladoras autônomas e um arcabouço instrumental decorrente desse processo como ações voltadas para o que consideravam como o fortalecimento, modernização e desenvolvimento da gestão do sistema, e a capacitação de recursos humanos; reorganização e regionalização da oferta; e redefinição de instituições de ensino médio e profissional. Para dar conta dessas ações propostas, de acordo com Deitos (2000), dentre outros instrumentos estratégicos, o governo Jaime Lerner criou a PARANATEC - Agência Paranaense de Desenvolvimento do Ensino Técnico e a PARANAEDUCAÇÃO - Serviço Social Autônomo. A criação da PARANATEC foi realizada solenemente no dia 28 de agosto de 1995, e contou com a presença do ministro da Educação Paulo Renato Souza, do governador do Estado Jaime Lerner, e representantes do SENAI- PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Paraná, SENAR-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado do Paraná, SENAC-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Paraná, SEBRAE-PR - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa no Estado do Paraná, do CEFET-PR - Centro Federal de Educação Tecnológica no Estado do Paraná e do secretário de Estado da Educação do Paraná. A agência PARANAEDUCAÇÃO foi instituída através da Lei número 11.970, de 19 de dezembro de 1997, com caráter jurídico privado e estatuto de entidade para o Serviço Social Autônomo e vinculada, por cooperação, a SEED. A criação da PARANATEC fortalecia a estratégia, juntamente com a criação da PARANAEDUCAÇÃO, com o objetivo de gerar a chamada nova institucionalidade e buscava favorecer a capacidade organizacional da SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná para gerar o caminho para um processo de privatização no setor. Assim, como parte da estratégia que alimentava a política educacional paranaense, a criação de agências reguladoras estava mercada pelo seguinte quadro:

Concomitante aos mecanismos de operacionalização e desempenho gerenciais “inovadores e eficazes”, realizaram-se ações compreendidas como engendradoras de mecanismos do processo

de gestão, que, na verdade, são estratégias de racionalização de custos já bastante aprofundadas nas empresas de um modo geral. Diminuir custos, aumentar lucros, para o âmbito do Estado, significa, grosso modo, diminuir gastos com as áreas sociais, seja educação, saúde, saneamento básico, dentre outros, e não realizar investimentos em políticas produtivas que possam alterar a relação da estrutura de formação do parque industrial, comercial ou agrícola, mesmo dentro da ordem. Desse modo, os lucros, no campo estatal, estão inseridos no pagamento das dívidas e seus derivados: juros, taxas, multas, câmbio, especulação financeira e parasitária e improdutiva, além da vantajosa, aos grupos econômicos, privatização de empresas estatais.

Para que esses mecanismos tivessem viabilidade e funcionalidade política e financeira, há necessidade de um conjunto de marcos institucionais em vários níveis, na esfera federal, como, por exemplo, a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao espaço estadual com os mecanismos legais para o cumprimento desta lei; ao desenvolvimento de instrumentos legais mais amplos emitidos pelo governo do Estado, como foi a criação de agências reguladoras e controladoras em diversas áreas... (DEITOS, 2003, p. 106).

Articuladas com essas estratégias estruturais foram desenvolvidas ações que as materializavam. Essas ações correspondiam a cessação de concursos públicos para contratação de pessoal técnico e professores; a transferência contratual (almejado contrato de gestão) com as associações de pais e mestres para o gerenciamento, controle e acompanhamento de obras e reformas das escolas, compra de equipamentos, acervos bibliográficos e outros materiais de uso permanente. Tal procedimento incluía inclusive a responsabilidade pelo pagamento e prestação de contas dos recursos que o Estado depositava em uma conta de responsabilidade contábil e jurídica da associação firmada através de um contrato de gestão entre a SEED e a associação.

Ainda, com relação à contratação de pessoal técnico e docente, o governo através da PARANAEDUCAÇÃO e da PARANATEC iniciou a realização de contratação de pessoal às escolas, via contrato de gestão, onde a associação de pais e mestres ficava responsável pela contratação e gerenciamento do pessoal, em regime de trabalho temporário. Vislumbrava inclusive a contratação e o pagamento por disciplina e desempenho funcional nos moldes desejados arduamente pelos intelectuais, governantes, assessores e organismos internacionais, e balizada em exemplos que consideravam meritórios como o das chamadas escolas eficazes inglesas e estadunidenses.

As “benfeitorias” neoliberais encampadas pela política educacional paranaense não paravam por aí. Desencadeou-se um processo de revisão da estrutura curricular

dos cursos do ensino médio e profissional. A primeira medida estabeleceu os rumos da separação entre o ensino médio e o ensino profissional. A revisão estabelecia como uma primeira medida a cessação de cursos profissionalizantes concomitantes em escolas regulares de ensino médio. Os cursos profissionalizantes de Contabilidade, Magistério e Técnico em Enfermagem foram fechados. Outras áreas que abrangiam cursos profissionalizantes também foram afetadas com aquelas medidas. Algumas unidades escolares e comunidades diretamente envolvidas com elas resistiram aos ditames da política e às suas medidas, mas, de modo geral, o processo foi imposto ao conjunto da área educacional. Esse processo alterou a estrutura curricular e gerou a redefinição de conteúdos e de disciplinas para o ensino médio de educação geral nos moldes da articulação produzida com as diretrizes curriculares nacionais e nas mesmas vertentes teórico-ideológicas que já fermentavam nos fundamentos que alimentavam as discussões para elaboração dos parâmetros curriculares para o ensino fundamental, a proposição e aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 1996, e o do Plano Nacional de Educação, de 2001. (Cf. SAVIANI, 1998a, 1998b). Houve cortes em disciplinas e um novo direcionamento com relação aos conteúdos postulados pela perspectiva dos defensores da pedagogia das competências e da sociedade competitiva.

Como resultado do processo de alteração estrutural que envolvia o desenvolvimento da capacidade pedagógica e de transmissão de conhecimentos culturais e científicos gerou-se uma perversa campanha de enxugamento das funções administrativas e pedagógicas que propunham a diminuição do quadro docente em metas que o BID considerava razoáveis de no mínimo oito mil (8.000) trabalhadores do setor educacional na função docente e as proposituras de revisão de planos e cargos de carreira. Para o atingir essa meta o governo Jaime Lerner e o BID entendiam que era necessário destruir as resistências organizacionais dos trabalhadores do setor educacional e enfraquecê-los em seus organismos sindicais e de classe. Promovia-se uma formação teórico-ideológica que deveria sustentar a justificativa para as proposições disseminadas pela política educacional paranaense. Tratava-se da escola de formação e conversão que foi concebida como uma casa de saneamento individual do quadro técnico e docente, da comunidade e de atores sociais considerados estratégicos para o processo de convencimento político. Essa escola chamava-se Universidade do Professor e era sediada na cidade de Faxinal do

Céu, no Paraná. Anualmente o governo estadual estabelecia forte cronograma de atividades “cosmopolitas” para dar conta dos propósitos e programas desenvolvidos pela escola de conversão para que os escolhidos ou obrigados a participarem (força de trabalho) compreendessem os benefícios do melhoramento humano que gera a sociedade neoliberal ou capitalista, formando, assim, uma teia ideológica de proteção ao individualismo promovido e exacerbado. A programação realizada pelos governos Jaime Lerner com a capacitação teórico-ideológica desenvolvida na Universidade do Professor envolvia volumosos recursos do Tesouro do Estado e contratuais com o BID através do financiamento do PQE - Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná e PROEM. (Cf. RECH, 2001)

A revisão da estrutura educacional, produzida com os novos cursos profissionalizantes gerado através da chamada reorganização e regionalização da oferta de cursos, caminhava na direção de poucos cursos que atendiam as áreas e as necessidades consideradas emergentes para os setores agrícola e agroindustrial, industrial, comercial e de serviços. As seletas escolas profissionalizantes criadas ou redefinidas passaram a atender progressivamente um contingente de alunos que, ao final do período dos governos Jaime Lerner, não atingia quatro por cento (4%) do total de alunos matriculados no ensino médio paranaense (aproximadamente 500 mil alunos).

O processo de profissionalização proposto atendia aos requerimentos do desenvolvimento econômico intentado no Estado do Paraná: a) forte redefinição econômica e política; b) privatização de setores estratégicos da economia estadual, tais como saneamento básico, comunicações, energia, estradas etc; e c) forte incentivo fiscal, infra-estrutural e financeiro gerado com a instalação de empresas, principalmente de empresas multinacionais do ramo automobilístico, as chamadas montadoras de veículos. O “incentivo” financeiro às montadoras incluía a participação acionária do governo estadual na composição das empresas montadoras instaladas no Paraná. O governo estadual entrou com toda a infra-estrutura, subsídios fiscais e ações patrimoniais. Pronto, a empresa multinacional criava nova planta industrial, investia quase nada e começava a gerar produção e lucros com muito pouco investimento de capital estrangeiro direto, ou seja, dinheiro que supostamente deveria entrar para gerar o negócio, logo teria retorno (DEITOS, 2000, 2003; NOGUEIRA et ali, 2001)

Mesmo considerando as alterações produzidas no desenvolvimento econômico estadual o processo desencadeado não gerou os intentados condicionantes para a empregabilidade dos jovens e adultos do ensino médio ou profissional, e tampouco gerou substanciais condições de acesso aos postos de trabalho gerados pela economia paranaense. O desemprego gerado ou produzido nas décadas de 1980 e 1990 não foi superado, mesmo com toda a parafernália promocional, e as estatísticas e estudos sobre o assunto provaram o agravamento da situação estadual e nacional. (POCHAMANN, 1998a, 1998b, 1998c, 1998d, DEDECCA, 1998, FARIA, 1998)

As proposições educacionais sustentadoras da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional não conseguiram, em face da realidade brutal que assola a massa da população trabalhadora, justificar que a escola e a formação são responsáveis pelo atraso no desenvolvimento econômico, social e tecnológico. As estatísticas econômicas e sociais sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, nos anos 1980 e de 1990 a 2002, não permitem dúvidas. Cresceu a riqueza acumulada da parcela rica e minoritária da população; cresceu a renda de uma pequena faixa populacional que compunha a elite; cresceu a arrecadação orçamentária estatal; cresceu o PIB-Estadual - Produto Interno Bruto do Estado do Paraná; cresceu a lavagem de dinheiro público e privado; cresceu a remessa de dinheiro e lucro ao exterior; cresceu o processo de internacionalização da economia estadual; cresceu a produtividade do agronegócio, da indústria e dos serviços; cresceu a escolaridade da população; cresceu os matriculados e concluintes do ensino fundamental, médio e superior; cresceu a pobreza e a miséria; cresceu a violência; cresceu o desemprego e o processo de marginalização social aumentou alarmantemente. (Cf. IBGE, 2003)

Esses são os vantajosos sucessos que o liberalismo aqui difundido, internalizado, convertido e implementado, e que chamamos de neoliberalismo, promoveu à sua própria reprodução e acumulação de capital.

Considerações finais

A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional implementada nos governos de Jaime Lerner, de 1995 a 2002, através de projetos, programas e ações, tais como o PROEM, foi uma componente do conjunto de

reformas estruturais e setoriais disseminadas nacional e regionalmente, e que levou a economia, o Estado e a sociedade brasileira aos ditames mais duros do processo de internacionalização. Por isso,

Nada, entretanto, oculta as relações da educação com o processo produtivo, uma vez que, propostas como do PROEM – Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, quando destrinchadas como aqui é feito, bem o revelam. Torna-se impossível não reconhecer nas políticas educacionais, compostas de programas nacionais ou estaduais, seus vínculos com as orientações das políticas neoliberais para as instâncias econômicas, social, política, cultural e educacional, dentre outras. Os governos pós-ditadura militar agudizaram estes vínculos e nos Estados parecem ocorrer um consenso favorável por parte das suas elites e outros setores sociais no sentido de viabilizá-los. (SANFELICE, 2000, p. 10)

As reformas estruturais e setoriais implementadas expressaram a sistêmica formulação teórico-ideológica que sustentou a diretriz do neoliberalismo aqui encampado e lapidado ao gosto das possibilidades geradas pelos interesses internos imbricados na reprodução dos interesses externos acomodados na dinâmica dos interesses econômicos e políticos hegemônicos.

Imbricada nesse processo, há que se compreender que a política educacional paranaense implementada nos governos de Jaime Lerner, revelava “...a aparentemente infinita capacidade de renovação do liberalismo, que se perpetua como ‘base e diretriz’ da nossa educação.” (XAVIER, 2000, p. 8)

Os motivos financeiros e institucionais e as razões econômicas e ideológicas que sustentaram a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional produziram um conjunto de alterações estruturais, funcionais, pedagógicas e culturais profundamente danosas para o desenvolvimento humano socialmente viável. Algumas alterações estruturais e institucionais foram rompidas parcialmente pelo atual governo estadual (2003-2006), tais como a implementação das agências reguladoras autônomas para a área educacional; a não formalização de novos empréstimos à educação junto aos organismos financeiros multilaterais; alterações na política de organização da oferta de ensino médio e profissional. Alterações essas muito tímidas e não podem ser definidas como um deliberado rompimento com a política de ajuste estrutural e setorial vigente no país e no Estado que permanece ancorada nos marcos do liberalismo.

O que de fato perdura como real são os mecanismos financeiros e institucionais e econômicos e ideológicos impregnados na estrutura estatal e nas formulações teórico-ideológicas que permanecem alimentando as diretrizes curriculares e o desenvolvimento educacional e cultural dos jovens e adultos na escola e fora dela.

As questões históricas aqui retomadas e analisadas sobre a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional não esgotam a análise da realidade histórica em que germinou e fertilizou as decisões, as condições, as possibilidades, as tensões e as contradições de classe que produziram as relações sociais em determinado período da história paranaense e brasileira. Há muito o que se fazer em termos de análise da realidade para uma rigorosa e concreta compreensão da história.

Bibliografia

ARAÚJO, Aloísio Barbosa de. **O governo brasileiro, o Bird e o Bid: cooperação e confronto**. Rio de Janeiro, IPEA, 1991. (IPEA. Série IPEA, 131).

BANCO MUNDIAL. **Educación técnica y formación profesional**. Documento de política del Banco Mundial. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1992, 95 p.

_____. e CFI. *Estratégia de assistência ao país*. In: VIANNA JR, Aurélio (Org.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos**. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998, p. 86-148.

_____. *O Estado num mundo em transformação*. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997**. Washington, D.C., EUA, 1997.

BID. *Documento de país*. Washington, D.C. In: VIANNA JR, Aurélio (org.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos**. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

_____. **Perfil I – Brasil – Mejoramiento enseñanza media Paraná**. Anexo IV – 7. Washington, D.C.: 13.08.1993.

_____. **Programa de mejoramiento de la educación secundaria en el Estado de Paraná. Número de operación 950/OC/BR**. Washington, D.C., 1996.

_____. **Misión de análisis – Ayuda memória. (BR-167)**. Curitiba, PR: 30 de marzo de 1996. BID. **Misión de orientación. Ayuda memória. (BR-0167)**. Curitiba, PR: 10 de noviembre de 1995.

_____. **Missão de administração. Ajuda memória. (950/OC-BR)**. Curitiba, PR: 28 de julho de 1999.

BRASIL. CNE. Câmara de Educação Básica. Francisco Aparecido Cordão (Relator). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.** *Parecer 16/99.* Brasília, DF, 05/10/1.999.

_____. CNE. Câmara de Educação Básica. Guiomar Namó de Mello (Relatora). **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.** *Parecer 15/98.* Brasília, DF, 1998.

_____. Presidente (F. Collor). **Brasil: Um projeto de reconstrução nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1991, 138 p.

_____. MEC. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Lei n. 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Brasília, DF: MEC: INEP, 2001.

_____. Presidente. (F. H. Cardoso). **Plano diretor da reforma do aparelho do estado.** Brasília, DF.: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. (Documentos da Presidência da República).

_____. CNE. Câmara de Educação Básica. Guiomar Namó de Mello (relatora). **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.** *Parecer 15/98.* Brasília, DF, 1998.

_____. MEC. *Decreto 2.208 de 17/04/97.* In: SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. MEC. *Lei número 9.394, de 20/12/96. (LDB).* In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 4^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998:173-174. (Coleção educação contemporânea).

_____. SEMTEC. UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS. PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação profissional – legislação básica.** *Parecer CNE/CEB Nº 16/99.* Brasília, DF: MEC/SEMTEC, janeiro de 2001.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000.** Brasília, DF: Inep/MEC, 2003.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. SAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais. SISPRO. **PROEM – Histórico de projeto.** Brasília, DF: SAIN, 20 de junho de 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Ed. 34, 2003. 456 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, (p. 13-26). 423 p.

CASTRO, Claudio de Moura. **Eficiência e custo das escolas de nível médio: um estudo-pilôto na Guanabara.** Brasil, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971. (Relatórios de pesquisa, 3).

_____. **Ensino técnico: desempenho e custos.** Brasil, Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Relatório de pesquisa, n. 10, 1972.

_____. **O secundário: esquecido em um desvão do ensino?** Brasília, DF: INEP, 1997. (Série documental. Textos para discussão, 2).

CORAGGIO, José Luis. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: TOMMASI, Livia De, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD (Orgs.). Tradução de Mónica Corullón. **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo, SP: Cortez Editora, Ação Educactiva, PUC-SP, 1996, (p. 75-123).

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; LENARDÃO, Edmilson; FERREIRA, Maria das Graças e FRANCISCO, Juliana Zamarian. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) *et ali.* **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (227-238), 240 p.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90.* In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD – os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional.** Cascavel-PR: Edunioeste, 2000. 238 p.

_____. **O capital financeiro e a educação no Brasil.** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2005, Tese (Doutorado). Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier.

_____. *A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e Banco Mundial.* In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) *et ali.* **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (101-118), 240 p.

_____. *Da afirmação da inadequação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional à adequação às exigências políticas e econômicas (1995-1999).* In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Orgs.) *et ali.* **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90.** Londrina-PR: Editora UEL, 2001, (235-290), 362 p.

FARIA, Décio L. Mello Peixoto. *O emprego na década de 1990.* Curitiba, PR: Boletim da SERT, Ano 13, no. 01, 1º Trimestre de 1998.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **A construção da “centralidade da educação básica” e a política educacional paranaense.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2005.

FIORI, José Luís. **A instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira.** Rio de Janeiro: UFRJ: IEI, 1988. (Tese de Concurso de Professor Titular), 234 p.

FONSECA, Marília. *O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro.* GENTILI, Pablo (Org.) et al. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, (p. 169-195).

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003, 543 p., il. CD-ROM, em bolso. ISBN 85-240-3076-3.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza.** São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado), 267 p.

LIMA, Antonio Bosco de, VIRIATO, Edaguimar Orquizas e ZANARDINI, Isaura Monica Souza. *A implementação da gestão compartilhada no Estado do Paraná.* In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) *et ali. Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná.* Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (151-179), 240 p.

MELLO, Guiomar Namó de. **Social democracia e educação: teses para discussão.** 2ª. edição (1ª. edição de 1990). São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990, 90 p.

_____. *Políticas públicas de educação.* In: **Estudos Avançados.** São Paulo, SP: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/USP, 5(13), 1991, p. 7-47.

NAGEL, Lizia Helena. *O Estado brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80.* In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.) *et al. Estado e políticas sociais no Brasil.* Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 99-122.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, em **Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial.** Cascavel, PR: Edunioeste, 1999, 192 p.

_____, FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago e BORGES, Liliam Faria Porto. *O projeto qualidade no ensino público do Paraná – PQE: a estratégia da implementação das reformas liberais no aparelho do Estado.* In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) *et ali. Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná.* Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (85-100), 240 p.

_____, FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago e DEITOS, Roberto Antonio. *A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: o PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID.* In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) *et al. Estado e políticas sociais no Brasil.* Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 123-174.

PARANÁ – SEED. **Plano de ação – gestão 1995-1998:** versão preliminar. Curitiba, PR, 1995.

_____. _____. *Ensino de segundo grau no Estado do Paraná - realidade atual.* Curitiba-PR, novembro de 1.995.

_____. _____. **PARANAEDUCAÇÃO.** Estatuto Social, Anexo 03, Relatório Inicial – PROEM, Curitiba, PR, 1998.

_____. _____. **PARANATEC,** Estatuto Social, Curitiba, PR, 1995.

_____. _____. **Plano estadual de educação.** Uma construção coletiva. Estudos temáticos para o PEE – PR. Seminário integrador. Versão preliminar. Curitiba, PR: SEED, abril, 2004.

_____. _____. **Plano estadual de educação.** Uma construção coletiva. Relatório de atividades: síntese das reuniões preparatórias e seminários temáticos PEE do Paraná. Seminário integrador. Versão preliminar. Curitiba, PR: SEED, s/d.

_____. _____. **Plano estadual de educação.** Uma construção coletiva. II seminário integrador. Relatórios das oficinas de integrador. Curitiba, PR, 14 e 15 de abril de 2005.

_____. _____. **Plano estadual de educação.** Uma construção coletiva. II seminário integrador do PEE do PR. Encaminhamentos da SEED e sociedade civil. Curitiba, PR, PR, junho de 2005 (Documento para discussão).

_____. _____. **Plano estadual de educação.** Uma construção coletiva. Estudos temáticos para o PEE do Paraná. Resultados do I seminário integrador. Curitiba, PR, julho de 2004. (Documento II para discussão – versão preliminar sem revisão de texto).

_____. _____. **PROEM - Documento síntese.** (versão preliminar), Curitiba-PR, julho, 1996.

_____. _____. **PROEM – Relatório de atividades de 1998.** Curitiba: fevereiro de 1999.

_____. _____. **PROEM – Relatório inicial.** Curitiba: maio de 1998.

_____. _____. **PROEM.** Relatório de atividades de 1999. Curitiba, PR: abril de 2000.

_____. _____. **Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no Estado do Paraná.** Curitiba, PR: SEED/CETEPAR, 2004.

_____. _____. **PROEM - Projetos Integrantes do PROEM.** Curitiba:PR: fevereiro, 1996.

_____. _____. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. **Reformulação curricular dos cursos técnicos da rede estadual:** uma construção coletiva. Curitiba, PR: SEED, s/d. (gestão governo Roberto Requião, 2003-2006).

_____. _____. Joseph C. Fischer (consultor). **PROEM. Documento interno.** Resumo das atividades e recomendações - informe de consulta, 14/09 a 05/11/98. Curitiba, PR, 1998.

_____. _____. Coordenação do PEE-PR. **Relatório.** Organizado por Valéria Arias, et ali. Curitiba, PR: SEED, 04 de julho de 2005.

POCHMANN, Marcio. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional.** Campinas, SP: CESIT-IE-UNICAMP, abril de 1998a. (versão preliminar).

_____. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil.** Campinas, SP: CESIT/IE/UNICAMP, junho de 1998b: 21. (versão preliminar).

_____. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil.** Campinas, SP: Cesit/IE/Unicamp, junho de 1998c. (versão preliminar).

_____. **Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90.** Campinas, SP: Cesit/IE/Unicamp, setembro de 1998d. (versão preliminar).

RECH, Pedro Elói. *A formação do professor: Uma análise de Faxinal do Céu-PR.* In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Orgs.) *et ali. Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90.* Londrina-PR: Editora UEL, 2001, (291-234), 362 p.

REIS, Luiz Fernando. *Termo de autonomia: estratégia de desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior no Paraná.* In: NOGUEIRA,

Francis Mary Guimarães (Org.) et ali. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 249-285.

SANFELICE, José Luís. *Prefácio*. In: DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD – os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2000., p. 9-13.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998a. (Coleção educação contemporânea).

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998b.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1195-2002)**. Cascavel: Gráfica Igol, 2003. 220 p.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli, AOYAMA, Ana Lúcia Ferreira, SILVA, Isabelle Fiorelli. *O conceito de autonomia nas propostas liberalizantes de gestão escolar no Paraná*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) et ali. **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (193-206), 240 p.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Sandra Terezinha da. **Programa expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná: uma política de ensino adequada à nova forma de acumulação capitalista**. Curitiba, PR: UFPR-Setor de Educação, 1999, (dissertação de mestrado, mimeo.).

SOARES, Ricardo Pereira. *Dívida pública externa: empréstimos do BIRD ao Brasil*. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vol. 1, n. 21, jun. 2000. (semestral), (103-165).

TEJADA, Jorge, CUADRA, Gustavo, MEDICI, Andre. BID. *Algunas reflexiones sobre porque y como expandir la enseñanza media en Brasil*. In: COSTA, Vera Lúcia Cabral (org.). **Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento**. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1999:216-226. (Federalismo no Brasil).

WILLIAMSON, John. *Reformas políticas na América Latina na década de 80*. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, vol.12, n. 1 (45), janeiro-março/1992, p. 43-51.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil. A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990, 182 p.

_____. *Apresentação*. In: DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD – os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2000, p. 7-8.

VERBETES DE TERMOS:

- a) **Condicionalidades**: São condições e exigências impostas ou requeridas que se estabelecem nos acordos comerciais, financeiros e contratuais específicos gerados entre as instituições multilaterais, particularmente o FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial/BIRD e BID e os Estados nacionais para atender interesses fundamentalmente aos interesses econômicos. Estão, portanto, as condicionalidades entrelaçadas em duas questões, subdivididas aqui didaticamente: a) as condições econômicas, políticas e ideológicas que são as exigências de corte amplo e atinge o estabelecimento de metas e orientações econômicas e políticas estruturais e setoriais, tais como a reforma econômica (ex.: Plano Real no Brasil), reforma trabalhista, reforma educacional, reforma previdenciária, reforma estatal, privatização de empresas estatais etc.; b) condicionalidades contratuais e financeiras quando da realização de empréstimos para reformas estruturais ou setoriais e estão ancoradas em um conjunto de mecanismos operacionais, exigências institucionais, políticas e financeiras, tais como: taxa de juros cobrada e sempre regulada pelo mercado financeiro internacional e referenciada a partir da decisão apresentada pelo Tesouro dos Estados Unidos da América - EUA; taxa de câmbio, ou seja, os contratos quase que absolutamente todos firmados com base na moeda dólar dos EUA. Desse modo, o país que firmou contrato com a agência multilateral arca com as despesas do câmbio em relação ao dólar, moeda do contrato, e desta no mercado financeiro internacional; multas são taxações que se aplicam em casos de atrasos nos desembolsos da contrapartida nacional (local), estabelecidas de acordo com os termos contratuais. Pagamento do principal refere-se ao pagamento do valor emprestado pela agência financeira multilateral, nos prazos e estabelecidos pelos contratos de empréstimo.
- b) **Ajuste estrutural e setorial**: trata-se de um conjunto de condicionalidades econômicas, financeiras, políticas e ideológicas exigidas, propostas e requeridas pelas agências financeiras multilaterais produzidas e ancoradas nas proposições dos países cêntricos do capitalismo mundial: EUA, Itália, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Japão. O ajustamento estrutural ganhou força sistêmica principalmente a partir do início dos anos 1980, período em que agravou-se o endividamento externo dos países, particularmente dos países periféricos e endividados. Desse modo, o receituário de reformas condicionadas pelas instituições multilaterais (agentes destacados do capitalismo) como o Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que houvesse anuência para a formalização de empréstimos em qualquer área passou a exigir um conjunto de reformas como a estatal, educacional, trabalhista, previdenciária, fiscal etc.
- c) **Contrapartida local**: parte correspondente ao desembolso local (país, estado, município) referente a parte do montante de recursos que são destinados a determinado projeto, programa ou ação firmada em contrato de empréstimo com determinada agência financeira multilateral. Cogita-se que o desembolso da parte da contrapartida local (ou nacional) refere-se em torno de cinquenta por cento (50%) do volume total do empréstimo, só que historicamente nos contratos de empréstimos realizados pelos Brasil com as agências financeiras multilaterais,

o volume da contrapartida local (ou nacional) tem sido superior a sessenta por cento (60%) do total do empréstimo realizado.

d) **Para maiores informações acerca da criação, funcionamento, propósitos e condicionalidades requeridas pelas instituições multilaterais, ver, dentre outros:**

ARAÚJO, Aloísio Barbosa de. **O governo brasileiro, o Bird e o Bid: cooperação e confronto**. Rio de Janeiro, IPEA, 1991. (IPEA. Série IPEA, 131);

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD – os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2000. 238 p.;

_____. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2005, Tese (Doutorado). Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier;

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, em **Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999, 192 p.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza**. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado), 267 p.,

LICHTENSTEJN, Samuel & BAER, Monica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ACCAME, Ferruccio. (Director de la División de Análisis de Proyectos Sociales del BID). *La inversión social e el desarrollo*. In: **La primera década del BID: perspectivas para el futuro**. Punta del Este, Uruguay: Mesa Redonda, BID, abril de 1970.

BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986, 164 p.

_____. **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 213 p.

BANCO MUNDIAL. **Educación técnica y formación profesional**. Documento de política del Banco Mundial. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1992, 95 p. (Resumen).

_____. *Investindo em Saúde*. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1993**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1993.

_____. *Prioridades y estrategias para la educación – estudio sectorial del Banco Mundial*. Versión preliminar. Washinton, D.C.: BM, mayo de 1995.

_____. *O Estado num mundo em transformação*. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997**. Washington, D.C., EUA, 1997.

_____. e CFI. *Estratégia de assistência ao país*. In: VIANNA JR, Aurélio (Org.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos**. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998, p. 86-148.

_____. *Estratégia de assistência ao país*. Relatório n. 16582-BR. Washington, D.C.: 12 de junho de 1997. In: VIANNA JR., Aurélio. (Org.) et al. **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos**. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, março de 1998, p. 86-148.

_____. **Barreiras jurídicas, administrativas e políticas aos investimentos no Brasil**: O quadro dominante das leis e das políticas e o papel da promoção dos investimentos. Washington, D.C.: Serviço de Assessoramento sobre Investimentos Estrangeiros. Um serviço conjunto da Corporação Financeira Internacional e do Banco Mundial, junho de 2001, volume I.

_____. **Instrumentos de empréstimo do Banco Mundial – Recursos para impacto no desenvolvimento**. Washington, D.C: World Bank InfoShop, julho de 2001.

_____. *Estratégia de assistência ao país*. (Relatório nr.20160-BR, 06 de março de 2000, Tradução: Maria Isabel de A. F. Bandeira Taveira e Marieane Arantes R. de Oliveira, Serviço de Tradução – SIDOC – Senado Federal), 2000. In: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. BARROS, Flávia (Org.) et al. **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003)**. Brasília: Rede Brasil, 2001, Anexo II, p.259-361 e 362-492, Vários anexos.

BID. Convênio constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Washington, D.C.: 1996.

_____. Convênio constitutivo do fundo multilateral de investimos e convênio de administração do fundo multilateral de investimentos. Washington, D.C., s.d.

_____. Políticas básicas e procedimentos de aquisições do BID. Washington, D.C., 1995.

FONSECA, Marília. *O Banco Mundial e a educação*: reflexões sobre o caso brasileiro. GENTILI, Pablo (Org.) et al. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, (p. 169-195).

SOARES, Ricardo Pereira. *Dívida pública externa*: empréstimos do BIRD ao Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vol. 1, n. 21, jun. 2000. (semestral), (103-165).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BID. **Perfil I – Brasil – Mejoramiento enseñanza media Paraná**. Anexo IV – 7. Washington, D.C., EUA, 13.08.1993. Documento que revela que o PROEM foi pensado e articulado juntamente com a formulação da política educacional para o ensino fundamental no início da década de 1990 quando foi aprovado o PQE - Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná em 1992. O PQE recebeu financiamento externo do Banco Mundial, firmado no primeiro governo de Roberto Requião, no valor aproximado de 100 milhões de dólares. O PQE foi encerrado em 2001, no governo de Jaime Lerner.

BID. **Programa de mejoramiento de la educacion secundaria en el Estado do Paraná. Número de operación: 950/OC-BR**, Resumen Ejecutivo. Washington, D.C., 1996. Este documento é o contrato de empréstimo para o PROEM que foi firmado com o BID, e nele estão contidas todas as condicionalidades financeiras, institucionais e pedagógicas requeridas para Programa. Há um diagnóstico do educação no Estado do Paraná e um quadro de recomendações teórico-ideológicas sobre os rumos que a política educacional deveria seguir.

BID. **Misión de análisis – Ayuda memória. (BR-167)**. Curitiba, PR: 30 de marzo de 1996. É um relatório de assessoria realizado durante o processo de avaliação e aprovação do Programa. Relata a atividade desenvolvida pelos assessores do banco realizada junto aos dirigentes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para tratar dos encaminhamentos do Programa.

BID. **Misión de orientación. Ayuda memória. (BR-0167)**. Curitiba, PR: 10 de noviembre de 1995. Documento que revela as recomendações e orientações da missão de assessores do banco junto aos dirigentes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e retrata detalhes do processo de formulação do Programa e encaminhamentos considerados necessários à sua execução.

BID. **Missão de administração. Ajuda memória. (950/OC-BR)**. Curitiba, PR: 28 de julho de 1999. É um relatório de assessores do banco em missão de administração junto aos dirigentes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para a verificação do cronograma das atividades desenvolvidas, cumprimento das metas e revisões e recomendações pedagógicas e financeiras à continuidade do Programa.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. SAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais. SISPRO. **PROEM – Histórico de projeto**. Brasília, DF: SAIN, 20 de junho de 2002. Trata-se de um documento de controle e acompanhamento do processo de implantação do Programa e da verificação do cumprimento das metas financeiras vinculadas ao cronograma previsto.

PARANÁ – SEED. **PROEM - Documento síntese**. (versão preliminar), Curitiba-PR, julho, 1996. Trata-se de fonte que relata as proposições estruturais, institucionais e educacionais para a política educacional paranaense para o ensino médio e profissional.

PARANÁ – SEED. **Plano de ação – gestão 1995-1998**: versão preliminar. Curitiba, PR, 1995. Neste documento estão descritas as metas e os programas de ação propostos pelo governo Jaime Lerner, em seu primeiro mandato, para a política educacional paranaense.

PARANÁ – SEED. SEED. **PROEM - Projetos Integrantes do PROEM**. Curitiba:PR: fevereiro, 1996. Este documento congrega informações acerca dos projetos e atividades programadas para o desenvolvimento do PROEM.

PARANÁ – SEED. **Curso técnico em gestão**. Curitiba, s.d. Documento que mostra a estrutura curricular de um curso de educação profissionalizante proposto nos termos da política implementada com o PROEM (1995-2002).

PARANÁ – SEED. DEPG. **Projeto de correção de fluxo**. Curitiba, PR, 1997. Neste documento são reveladas as proposições teóricas, educacionais e institucionais que envolveram a formulação e a implementação do referido projeto.

PARANÁ – SEED. DESG. **PROEM. Educação profissional**. Curitiba, PR, s.d., s.p. Encontra-se neste documento uma análise da educação profissional e argumentos que justificam a política adotada no período de 1995-2002.

PARANÁ – SEED. DESG/PROEM. **Seminário currículo do ensino médio: perspectivas da implantação.** Faxinal do Céu, PR: 1998. (textos-síntese). Há, nesta fonte documental, uma discussão sobre os conteúdos curriculares e os fundamentos teóricos e ideológicas propostos pela política educacional implementada.

PARANÁ – SEED. **Ensino de segundo grau no Estado do Paraná - realidade atual.** Curitiba-PR, novembro de 1.995. Fonte importante para compreender os elementos que foram analisados da realidade educacional paranaense para dar suporte à justificativa para a política educacional. Trata-se de um diagnóstico com o propósito de dar sustentação ao processo de implantação da política anunciada pelo governo Jaime Lerner, em 1995.

PARANÁ – SEED. Joseph C. Fischer (consultor). **PROEM. Documento interno.** Resumo das atividades e recomendações - informe de consulta, 14/09 a 05/11/98. Curitiba, PR, 1998. Este documento trata-se de relatório de assessoria internacional ao Programa, e relata as recomendações do consultor externo, professor Joseph C. Fischer dos EUA.

PARANÁ – SEED. **PARANAEDUCAÇÃO.** Estatuto Social, Anexo 03, Relatório Inicial – PROEM, Curitiba, PR, 1998. Consta neste documento o estatuto social da agência reguladora e seus objetivos e metas institucionais.

PARANÁ – SEED. **PARANATEC,** Estatuto Social, Curitiba, PR , 1995. Regulamento funcional e estatutário sobre a constituição e propósitos jurídicos e operacionais da agência reguladora na área educacional no Estado do Paraná, criada no primeiro governo de Jaime Lerner, em 1995.

PARANÁ – SEED. **PROEM – Manual de instruções para reforma, adequação e ampliação de escolas.** Curitiba, s.d. Este documento estabelece as instruções para as atividades de infra-estrutura física das escolas e regula o funcionamento das exigências fiscais, financeiras e de controle estabelecidos nos contratos.

PARANÁ – SEED. **PROEM – Relatório de atividades de 1998.** Curitiba: fevereiro de 1999. Este documento relata as atividades desenvolvidas pelo programa no ano de 1998 e descreve as ações realizadas e a situação do Programa naquele período. Inclui dados da situação financeira e dos gastos realizados e pendentes.

PARANÁ – SEED. **PROEM – Relatório inicial.** Curitiba: maio de 1998. Trata-se de documento que descreve as ações previstas e as metas programadas com o Programa.

PARANÁ, SEED. **PROEM. Relatório de atividades de 1999.** Curitiba, PR: abril de 2000. Relatório descritivo das atividades pedagógicas desenvolvidas e da situação financeira correspondente as despesas realizadas e a realizar.

PARANÁ – SEED. **PROEM. Regulamento operativo.** Curitiba, PR, s.d. Neste documento são descritas todas as orientações e condicionalidades estabelecidas para a execução e implementação do PROEM. Nele estão descritos os encaminhamentos financeiros, jurídicos, pedagógicos e políticos que deveriam ser tomadas de acordo com o cronograma e metas previstas pelo Programa. Trata-se de documento exigido e aprovado pelo BID.

PARANÁ – SEED. **Programa estadual de informática na educação.** Curitiba, PR, 1997. O documento descreve os objetivos e as metas do programa estadual de informática na educação. Programa este vinculado aos programas e projetos estaduais desenvolvidos e ao programa nacional implantado de idêntica orientação programática.

PARANÁ – SEED. Secretaria de Estado da Educação. **Dez Anos de Educação no Paraná**. Curitiba, PR: SEED, 2001. Este documento é um relatório analítico produzido pelo governo Jaime Lerner que avalia uma década da política educacional paranaense. Apresenta um diagnóstico e uma avaliação sobre a política implementada no Estado basicamente na década de 1990.